

**PROJETO BÁSICO  
INTEGRADO COM REQUISITOS DO ETP E DO ANTEPROJETO**

**1. ÓRGÃOS INTERESSADOS**

- 1.1. Secretaria Municipal da Família e Evolução Social – SEFAM.
  - a) Responsável pela solicitação da contratação e pela despesa pública.
- 1.2. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo – SEINFRA.
  - a) Responsável pela confecção/aprovação do Projeto Básico e pelo gerenciamento da execução da obra.

**2. RESUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE COM 456,86M², NO BAIRRO SANTA BÁRBARA, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, COM RECURSOS OBTIDOS ATRAVÉS DO PROGRAMA INFÂNCIA FELIZ PARANÁ, JUNTO AO PARANACIDADE (SAM49).

**3. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A identificação do quantitativo e da descrição pormenorizada dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados na obra estão previstas na planilha orçamentária anexa.

**4. LEVANTAMENTOS PRELIMINARES**

- 4.1. **Local da execução do objeto da contratação:** A obra deverá ser executada na Rua Cariris, nº 920, no imóvel denominado Lote Urbano nº 52-B, da Gleba nº 135-CP, do Setor S.E. (Sudoeste), bairro Santa Bárbara, na cidade de Capanema-PR, conforme indicado nos projetos da obra em anexo.
- 4.2. Trata-se de um imóvel público, de propriedade do Município de Capanema.
- 4.3. As imagens da situação do imóvel, com a ilustração dos serviços necessários, vão anexas.
- 4.4. Foram realizados os seguintes serviços preliminares que embasaram a confecção dos documentos que compõem o presente Projeto Básico:
  - a) levantamento cadastral, constatando:
    - a.1) O imóvel encontra-se devidamente registrado com Matrícula n. 27.396 do 1º RI da Comarca de Capanema.
  - b) relatório fotográfico (documento anexo);
  - c) laudo de sondagem SPT (documentos anexos);
  - d) laudo de percolação do solo (documentos anexos);
  - e) levantamento planialtimétrico (documentos anexos);
  - f) planta de situação e localização (documentos anexos);
  - g) demais dados e levantamentos eventualmente necessários, os quais vão anexos ao presente projeto básico.

## 5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÕES TÉCNICAS

- 5.1. As condições de execução do objeto da contratação e as soluções técnicas estão previstas no memorial descritivo anexo.

## 6. O PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A obra e os serviços deverão ser concluídos no prazo de 270 (duzentos e setenta dias) dias após a emissão da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo.

## 7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1. O Contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, para fins cadastrais.
- 7.2. O objeto deste Projeto Básico é contratado por escopo, o que impõe ao contratado o dever de concluir a obra no prazo de execução predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 7.3. O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 7.4. Quando a não conclusão da obra no prazo de execução predeterminado decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
  - b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## 8. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. Para a execução do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- ( ) empreitada por preço unitário
- (X) empreitada por preço global
- ( ) empreitada integral
- ( ) contratação por tarefa
- ( ) contratação integrada
- ( ) contratação semi-integrada
- ( ) fornecimento e prestação de serviço associado

Justificativa: A eleição do regime licitatório é uma decisão da Administração Pública. Recomenda-se a adoção do regime de empreitada por preço global uma vez que foram definidas previamente no projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços que serão executados na fase contratual. Para a forma de pagamento, foi adotada sistemática de boletim de medição associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado –, impedindo a remuneração atrelada a preços unitários ou quantidades de itens unitários executados. As etapas definidas referenciadas com os valores das medições são as constantes dos cronogramas anexos.

- 8.2. Indica-se que o objeto da presente contratação configura:
- (X) serviço comum de engenharia
  - ( ) serviço especial de engenharia

Justificativa: o objeto envolve técnicas e procedimentos padronizados, amplamente conhecidos e consolidados no setor da construção civil, cuja execução não exige soluções singulares ou projetos de alta complexidade tecnológica.

## 9. CONDIÇÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da contratação ocorrerá de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 9.2. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

FUNÇÃO	SERVIDOR	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO
Fiscal Administrativo	Eduarda Bombardelli Lima	Arquiteta e Urbanista	Efetivo	SEINFRA
Fiscal Técnico	Eduarda Bombardelli Lima	Arquiteta e Urbanista	Efetivo	SEINFRA
Gestor da Contratação	Carolina Weissheimer	Secretária de Infraestrutura e Urbanismo	Comissionado	SEINFRA

## 10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos **serão efetuados em parcelas** correspondentes às **medições mensais** a serem feitas de acordo com o estabelecido no **Cronograma físico-financeiro**, considerando os preços unitários constantes da Planilha de Quantidades, todos aprovados pelo órgão competente.
- 10.2. Os pagamentos serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e conforme o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 10.3. Fonte dos recursos financeiros:
- a) **R\$ 1.994.362,02 (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e dois centavos)** provenientes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF através do Programa Infância Feliz, conforme documentação anexa;
- b) **R\$ 623.476,43 (seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos)** de contrapartida municipal.

## 11. DAS MEDIÇÕES PERIÓDICAS E DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 11.1. As medições periódicas e os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

## 12. ORÇAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DOS PREÇOS

- 12.1. A estimativa do valor total da contratação está prevista na planilha orçamentária que vai anexa.

- 12.2. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.
- 12.3. A dotação orçamentária específica será indicada pelo Departamento Contábil e Financeiro.
- 12.4. Os preços unitários dos itens que compõem o objeto da presente contratação foram obtidos por meio da composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), nos termos do art. 23, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.5. O valor total da presente contratação será de **R\$ 2.617.838,45 (dois milhões seiscentos e dezessete mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos)**.

### **13. DOS REQUISITOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (art. 34, da LCM 14/22) E DO ANTEPROJETO (art. 60, inc. III, da LCM 14/22)**

- 13.1. **DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 34, inciso I):** A construção da creche no Bairro Santa Bárbara é medida de extrema relevância social e administrativa, diante da crescente demanda por vagas na educação infantil registrada nesta localidade. Trata-se de região em franca expansão populacional, onde o déficit de atendimento a crianças em idade de 0 a 5 anos compromete não apenas a inclusão educacional precoce, mas também o apoio às famílias trabalhadoras, sobretudo às mães que necessitam de retaguarda educacional para inserirem-se e permanecerem no mercado de trabalho.
- 13.2. **DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (art. 34, inciso II):** A contratação coaduna-se integralmente com o Plano Plurianual do Município, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que preveem investimentos em infraestrutura educacional, priorizando a ampliação da rede física de atendimento à educação básica.
- 13.3. **DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 34, inciso V):** Foram analisadas alternativas como a reforma e ampliação de unidades já existentes, contudo, tais opções não seriam suficientes para atender à demanda crescente, pois as creches atualmente em funcionamento no município já operam no limite de sua capacidade física e estrutural, bem como verifica-se a ausência de equipamentos públicos no bairro Santa Bárbara. Optou-se, portanto, pela construção de uma nova unidade, solução mais vantajosa a longo prazo, pois evita custos recorrentes com reformas, proporciona maior durabilidade estrutural e gera economia com manutenção corretiva, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida dos munícipes na localidade.
- 13.4. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 34, inciso VII) com indicação das condições de solidez, de segurança e de durabilidade da solução (art. 60, III, “b”):** A solução consiste na construção de um prédio educacional projetado com blocos pedagógicos, refeitório, cozinha, salas de serviço e ambientes administrativos. O projeto arquitetônico contempla acessibilidade universal (em conformidade com a NBR 9050), segurança contra incêndios (NBR 9077 e legislação estadual pertinente) e estrutura resistente, cujos materiais observam padrões de qualidade que asseguram vida útil

prolongada, reduzindo custos de manutenção e conferindo segurança e confiabilidade ao uso da edificação.

**13.5. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (art. 34, inciso IX):

Com a entrega da obra, espera-se ampliar significativamente a oferta de vagas para crianças do Bairro Santa Bárbara e regiões adjacentes, garantindo o acesso à educação infantil em ambiente seguro, adequado e estimulante ao desenvolvimento. O resultado esperado é a inclusão de aproximadamente 34 novas crianças, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, a melhoria dos indicadores de aprendizagem e a promoção da cidadania plena desde a primeira infância.

**13.6. AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO** (art. 34, inciso X):

Entende-se não haver providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

**13.7. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (art. 34, inciso XI): Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

**13.8. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E LOGÍSTICA REVERSA** (art. 34, inciso XII):

A obra poderá gerar impactos ambientais temporários, como emissão de poeira, resíduos sólidos da construção civil e ruídos durante a execução. Como medidas mitigadoras, será exigida da contratada a adoção de práticas de gerenciamento de resíduos de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado. Não se prevê impacto ambiental permanente relevante, uma vez que se Trata de obra de pequeno porte, com baixo potencial poluidor/degradador.

**13.9. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO** (art. 34, inciso XIII):

Diante da análise técnica, legal e socioeconômica apresentada, conclui-se pela plena viabilidade e necessidade da contratação da obra de construção da creche no Bairro Santa Bárbara. A medida representa solução alinhada ao planejamento público, garante o atendimento de direito fundamental constitucional, observa padrões técnicos de segurança, solidez e durabilidade, e prevê medidas adequadas de mitigação ambiental.

**14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE**

**14.1. Registro ou inscrição**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados.

**14.1.1.** No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.



- 14.2. **Capacitação técnico-operacional**, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do licitante**, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO (SAPATAS EDIFICAÇÕES) COM FCK 25MPa	9,20 m³
EXECUÇÃO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	370,52 m²

- 14.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado **de atividade concluída**, ou documento equivalente, **que indique a licitante como empresa contratada**.

14.2.2. **Possibilidade de somatório de atestados:**

Na presente licitação, será ( X ) ACEITO ou (    ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, conforme autorizado pela Lei Federal n. 14.133/2021.

- 14.3. **Capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme o disposto no subitem 14.2 do Projeto Básico.

- 14.3.1. **Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante**, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame;

- 14.3.2. Caso o licitante seja cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da

comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971;

- 14.3.3. No decorrer da execução da obra, os profissionais do Contratado poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei nº 14133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. **Observa-se que o licitante que sagrar-se vencedor deve manter em sua equipe técnica, durante toda a execução da obra, o responsável técnico.**

- 14.4. **Declaração**, conforme modelo a ser disponibilizado como anexo ao Edital, de que o licitante, por intermédio de seu responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.

- 14.1.1. **A vistoria ocorrerá conforme agendamento, podendo ser até 3 dias úteis anterior a data da sessão.**

- 14.1.2. Caso a empresa não queira fazer a visita técnica terá que preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.

- 14.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

- 14.5. **Declaração** na qual a Licitante manifeste sua total compreensão e conhecimento dos termos contidos na Especificação Técnica, conforme modelo anexo ao Edital.

- 14.6. **Indicação** do Responsável Técnico ou da Equipe de Profissionais Responsáveis Técnicos que participarão da construção da obra, conforme modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica anexo ao edital. O responsável técnico deverá opor assinatura de aceite na exigência constante acima.

- 14.7. **Declaração** formal de que disporá, por ocasião da contratação, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como contendo o cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (modelos a ser disponibilizado junto ao edital).

## 15. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA DA(S) MICROEMPRESA(S) E/OU EMPRESA(S) DE PEQUENO PORTE QUE SERÁ(ÃO) SUBCONTRATADA(S) PELO LICITANTE

### 15.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

- c) Certidão Simplificada original da Junta Comercial ou documento equivalente que ateste a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual;
- d) Declaração escrita conforme anexo do edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios legais;
- e) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

## 15.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;
- d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto da subcontratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva, na forma da lei.

## 15.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.3.1. **Registro ou inscrição**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados, se cabível.
- 15.3.2. **Capacitação técnico-operacional**, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome da ME ou EPP que será subcontratada**, relativos à execução dos serviços que serão subcontratados a ela, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE
PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA	150 UN
PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL	6 UN
PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS	237,41 M²
PLANTIO DE FORRAÇÃO	4,48 M²
PINTURA LÁTEX EM PAREDES DE FACHADA	308,76 M²



**15.3.3. Capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, se aplicável, ou de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra**, que demonstre a experiência do(s) profissional(is) na execução dos serviços que compõem o objeto da subcontratação, conforme o disposto no subitem 15.3.2. do Projeto Básico.

## 16. DA MATRIZ DE RISCOS

**16.1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência:** Não foi elaborada matriz de riscos no caso em tela, vez que a Lei 14.133/2021 estabelece apenas duas hipóteses em que a matriz de riscos será obrigatória: obras e serviços de grande vulto, consideradas aquelas de valor estimado superior a R\$ 228.833.309,04 e quando forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada<sup>1</sup>.

**16.2. Frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico:** equipamentos e técnicas de execução que possam otimizar custos e prazos, desde que expressamente solicitadas e anuídas pelo poder contratante e compatíveis com as diretrizes deste projeto.

**16.3. Frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução adotado:** Não se trata de obrigação de meio.

## 17. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

**17.1.** O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / ( ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, considerando o conceito de obra previsto no art. 6º da Lei nº 8.666/93 qual seja, obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

**17.2** Em relação as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013- Plenário TCU, somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão os erros unitários de quantitativo acima de 10% (dez por cento).

**17.3** No presente feito, os documentos técnicos foram elaborados por profissionais habilitados de engenharia. Considerando a utilização de projetos prontos disponibilizados pelo

<sup>1</sup> Art. 6º, XXII, e art. 22, §3º da Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto n. 12.343/2024.

Governo do Estado do Paraná, foram apresentadas e aceitas as ARTs dos responsáveis pelos projetos, abaixo elencados:

- a) **RRT 14606419** – Adriana Garcia/SEDEF e RRT 14606238 – Isaura Marques de Souza/SEDEF: projeto arquitetônico, projeto de ventilação, exaustão e climatização, projeto de instalações hidrossanitárias prediais, projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio, projeto de instalações elétricas, memorial descritivo;
- b) **RRT 14606449** – Isaura Marques de Souza/SEDEF: projeto de estrutura de concreto;
- c) **ART 1720247062255** – Luis Henrique Maleski/SEDEF: elaboração de orçamento;
- d) **ART 172025942128** – Emille Medeiros Masella/Município de Capanema: Desenvolvimento de plano de gerenciamento de resíduos;
- e) **ART 1720252945437** – Rubens Luis Rolando Souza/Município de Capanema: Projeto de fundações superficiais em sapatas isoladas;
- f) **RRT 15567856** – Ana Caroline Schreiner/Município de Capanema: projeto de implantação da obra no terreno definido, projeto de paisagismo, projeto de outras estruturas, projeto básico de arquitetura (PBA), memorial simplificado da área externa da edificação, implantação e alimentação do totem e projetos hidráulico, sanitário e pluvial (implantação).

- 17.4 Nos levantamentos preliminares do presente feito houve análise do local da obra pelo projetista, bem como foi feito o diagnóstico da existência e das características dos equipamentos de saneamento básico do local, conforme documentos anexos.
- 17.5 Em relação aos custos unitários de referência, foi utilizada a planilha orçamentária **DETERMINADA** pelo PARANACIDADE, a qual utiliza como tabelas de referência a **DER/PR de OUTUBRO/2024** e **SINAPI de DEZEMBRO/2024** sem desoneração.
- 17.6 No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas a planilha sintética e as planilhas analíticas, bem como o documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias.
- 17.7 No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.
- 17.8 O cronograma físico-financeiro prevê pagamentos proporcionais para os custos direto para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra.
- 17.9 Na presente licitação não foram juntadas as curvas ABC relativas aos INSUMOS e SERVIÇOS, haja vista que tal metodologia é utilizada pelo analista do orçamento, e não pelo responsável pela sua elaboração. Estão presentes no cronograma e orçamento da obra os macros serviços, dentro os quais os maiores valores se referem aos serviços mais relevantes da obra.
- 17.10 Foram adotados os custos de referência SEM desoneração, haja vista a adoção à planilha orçamentária disponibilizada pelo PARANACIDADE, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.
- 17.11 O detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 do Plenário do TCU, sendo adotado o 1º quartil como parâmetros, por acarretar em custo total da obra mais vantajoso para a Administração Pública.
- 17.12 Na presente licitação, ( ) SERÁ ou ( X ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos.

- 17.13** O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos e define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.
- 17.14** Foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, os quais foram juntados aos autos e deverão ser divulgados com o edital da licitação.
- 17.15** A exigência do registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) demonstra a qualificação técnica da empresa, garantindo que ela possua profissionais habilitados para realizar os serviços de engenharia ou arquitetura. Além disso, a exigência está em conformidade com a legislação brasileira, que estabelece a obrigatoriedade do registro para o exercício legal dessas atividades.
- 17.16** O objeto licitado possui em sua uma execução algumas fases/etapas que apresentam individualidade e que podem ser desempenhadas por terceiros especializados, razão pela qual admite-se a subcontratação conforme documento disponibilizado à SELOG.
- 17.17** Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, acima indicado, bem como será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 17.18** Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.19** O edital deverá conter de exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o art. 69 da Lei Federal n. 14.133/21, a fim de garantir a capacidade financeira das empresas contratadas, proteger o interesse público e assegurar a eficiência e a qualidade na execução da obra, conforme modelo disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.20** Será permitida a participação de consórcios no certame licitatório, devendo a Administração adotar as disposições contidas no edital disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.21** Será vedada a participação de cooperativas, devido à natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado, havendo necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, conforme entendimento firmado pela Súmula n. 281 do TCU.
- 17.22** Deverá ser exigida a apresentação de garantia de execução contratual, visando proteger o interesse estatal e evitar riscos de abandono da obra ou não cumprimento das obrigações contratuais, garantindo assim a segurança e a integridade do projeto, conforme edital disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.23** No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:
- (X) Foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;

- (X) Verificou-se se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- (X) Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949/09 e Lei n. 13.146/2015).
- 17.24** No orçamento de referência da presente licitação, foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto nº 7.983, de 2013, conforme determinado e disponibilizado pelo PARANACIDADE, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.
- 17.25** Havendo eventual conflito de informações, deve ser adotado o disposto na planilha orçamentária e no projeto executivo.

## **18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

- 17.1.** As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do e-mail: [planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br](mailto:planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br).
- 17.2.** As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Logística e Contratações, por meio do e-mail: [licitacao@capanema.pr.gov.br](mailto:licitacao@capanema.pr.gov.br)
- 17.3. Dos mecanismos formais de comunicação.**
- 17.3.1.** São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:
- a) Ordem de Serviço;
  - b) Ata de Reunião;
  - c) Ofício;
  - d) Sistema de abertura de chamados;
  - e) E-mails;
  - f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.
- 17.4. Integram este instrumento os seguintes anexos:**
- a) Anexo 1 – Protocolo: 22.334.984-6: Termo de adesão ao programa Infância Feliz (fls. 17-19a) e termo aditivo (fls. 111-111a);
  - b) Anexo 2 – Matrícula n. 27.396;
  - c) Anexo 3 – ART e RRT dos projetos e orçamentos;
  - d) Anexo 4 – Carta de viabilidade técnica de águas pluviais, viabilidade COPEL, declaração de parâmetros construtivos e declaração de acessibilidade;
  - e) Anexo 5 – Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil;
  - f) Anexo 6 – Planta baixa de implantação, ficha de projeto, parecer urbanístico e relatório fotográfico;
  - g) Anexo 7 – Laudo de sondagem SPT e laudo de percolação + ART;
  - h) Anexo 8 – Levantamento planialtimétrico e TRT;
  - i) Anexo 9 – Memorial descritivo;
  - j) Anexo 10 – Planilha orçamentária;
  - k) Anexo 11 – Memória de cálculo dos quantitativos;
  - l) Anexo 12 – Composições complementares;
  - m) Anexo 13 – BDI;

- n) Anexo 14 – Cronograma físico-financeiro;
- o) Anexo 15 – Relação dos descritivos de cada etapa do projeto / obra;
- p) Anexo 16 – Planta de implantação do projeto arquitetônico, projeto de paisagismo, estrutural, elétrico e hidrossanitário;
- q) Anexo 17 – Projeto básico de arquitetura (PBA);
- r) Anexo 18 – Questionário ambiental;
- s) Anexo 19 – Memorial simplificado de prevenção a incêndios e a desastres.

Município de Capanema, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2025.

***Izolete Aparecida Walker***

*Secretário Municipal da Família e Evolução Social – SEFAM  
Responsável pela Despesa*

***Carolina Weissheimer***

*Secretária Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA  
Responsável pelo Gerenciamento da Execução da Obra  
Gestor da Contratação*

***Eduarda Bombardelli Lima***

*Fiscal Técnico da Contratação  
Fiscal Administrativo da Contratação*

## Assinaturas

Página: 1



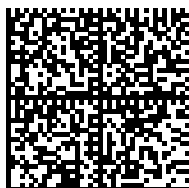
Documento: 14175/2025 - Projeto básico - Creche Santa Bárbara.pdf

Data: 29/09/2025 15:36:06

Assinatura avançada realizada por: CAROLINA WEISSHEIMER em 29/09/2025 15:37:27.

Assinatura avançada realizada por: IZOLETE APARECIDA WALKER em 29/09/2025 17:11:48.

Assinatura avançada realizada por: EDUARDA BOMBARDELLI LIMA em 02/10/2025 15:16:46.



Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://capanemaprscp.equipiano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50> com

o código bc298df5-0ebb-49ae-a869-1645d12829a9

Inserido por Carolina Weissheimer em: 29/09/2025 15:36:06. Assinatura(s) Avançada(s) realizada por: CAROLINA WEISSHEIMER em 29/09/2025 15:37:27. Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025. IZOLETE APARECIDA WALKER em 29/09/2025 17:11:48. Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025. EDUARDA BOMBARDELLI LIMA em 02/10/2025 15:16:46. Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://capanemaprscp.equipiano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50>, com o código: bc298df5-0ebb-49ae-a869-1645d12829a9

Inserido por Carolina Weissheimer em: 02/10/2025 15:47:56.